



Radiojornalismo Coletivo: os desafios de uma produção noticiosa em plataformas interativas¹

Carlos Augusto TAVARES JUNIOR²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

O jornalismo, com base nas normatizações de produção de informação que seja esclarecedora, tenha impacto no cotidiano social e faça parte da história ontológica, com vistas ao exercício da cidadania e da liberdade de expressão em uma sociedade democrática. A produção de notícias no rádio ressaltara a emergência de um processo educacional que visasse à compreensão e o entendimento da informação por meio da interatividade, se depara com o aparecimento de ferramentas cibernéticas que podem se constituir como fonte para os jornalistas. Este artigo tem a finalidade de investigar a partir das teorias do jornalismo, como o rádio e as plataformas digitais lidam com a produção de conteúdo noticioso.

Palavras-chave: Jornalismo; Radiojornalismo; Cidadania; Ciberespaço; Educação.

1. Introdução

Dispor de um cenário ambientado pela interação com dispositivos eletrônicos que permitem acessar informação não significa *a priori* mudar a forma com que o jornalismo atua, pois tanto a produção como o consumo de notícias não se estabeleceu repentinamente na forma de uma atividade estruturada. “A nova sociedade capitalista é que vai forjar as condições para o desenvolvimento e sedimentação das empresas de comunicação” (MORAES JÚNIOR, 2007, p. 01).

O desafio lançado a partir da atividade jornalística pressupõe não apenas divulgar informação relevante que impacta o cotidiano e fornece condições para o exercício da cidadania, mas algo que a prática do radiojornalismo estaria por constatar no século XX. Edgard Roquette-Pinto compara o analfabetismo à forma com que várias informações divulgadas não são compreendidas:

“A alma coletiva já se deu conta de que todos os males do país podem ser curados nem com o *voto secreto*, nem com a *organização dos partidos*, nem com o *serviço militar obrigatório*, nem com a *reforma da Constituição*, nem com o *protecionismo às indústrias*, nem com a

¹ Trabalho apresentado no DT5 – Rádio, TV e Internet do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 03 a 05 de julho de 2013.

² Mestrando em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. E-mail: carlostavaresjr@usp.br



reforma do ensino” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 22 – grifos do autor).

O jornalismo, além de ter o compromisso com a verdade (TRAQUINA, 2005), só pode ser considerado uma ferramenta de utilidade pública se um papel educativo fora atingido. A experiência empírica de Roquette-Pinto revelou que tanto jornalismo quanto a informação no rádio atingirão tal meta se a educação pública for satisfatória para que a compreensão dos fatos ocorra e conseqüentemente o cotidiano da coletividade.

Tal afirmação revela uma procedência direta com os modos de produção das notícias: o jornalismo permeia e intermedia as áreas política, social, jurídica e econômica, contudo não deve se restringir a nenhuma destas, pois a verdade sobre os acontecimentos reflete a prioridade e uma obrigação em última instância (TRAQUINA, 2005, p. 53). O que decorre da prática do jornalista diz respeito à reportagem dos fatos sem ceder às pressões da política (o convencimento e eliminação das oposições), da justiça (as ocorrências não devem ser julgadas) e da economia (a venda de informação, publicidade noticiosa) – que além das questões ideológicas, reside a implicação factual: os embustes encadeados que conduzem ao mascaramento da realidade (ARENDE, 1973) e à decorrente imprecisão da reportagem.

O radiojornalismo traz consigo dois desafios: divulgar a notícia com a maior proximidade semântica da verdade (BARTHES, 2005, p. 216) e as limitações (KAPLÚN, 2005, p. 83-86) da unidirecionalidade (ou restrição da interatividade), fugacidade (a reportagem não pode ser retomada como a releitura de um parágrafo do jornal ou revista) e do excesso de informação (agravado pela irradiação de notícias exageradamente simplificadas) – “forma menos grosseira de escamotear a autêntica verdade a um panorama noticioso” (PIERNES, 1990, p. 37).

2. Jornalismo em plataformas

Mas a disponibilização de ferramentas mais interativas não iria pressupor um jornalismo mais comprometido com a apuração dos acontecimentos, em grande parte referente às mazelas da sociedade, que conduziriam a uma melhora das condições cotidianas? Uma fração deste problema se refere a uma questão ainda por resolver no rádio (ORTRIWANO, 1998): a participação do ouvinte e à dinâmica do diálogo como meio eficaz de aprendizagem (LOGE, 1988), lembrando que o legado de Roquette-Pinto aponta que o cenário ideal da radiodifusão informativa deve condizer com um público



que possua um conhecimento geral prévio a fim de poder conhecer, de fato, o conteúdo reportado.

Essa indagação se mostra preponderante em casos isolados, como o recente escândalo do WikiLeaks, um portal cibernético especializado em divulgar documentos governamentais de âmbito secreto para o público. O que tem gerado discussão sobre a eficácia deste portal seria a maneira ubíqua de desnudar as ações dos governos sem a amortização das diplomacias. A hipótese de Roquette-Pinto pode ser demonstrada se um documento secreto acessado for lido por um sujeito que desconheça previamente o real cenário mundial, além dos embustes e mascaramentos, e das condições sociopolíticas abordadas – resultando em uma leitura de um texto técnico que pouco elucidará ou repercutirá em seu cotidiano.

Isso reforça as condições descritas por Agnes Heller (1997), sobre a constatação de um cotidiano fortemente ideologizado, reforçado pela repetição e preconceitos, que atuam como artifícios do mascaramento da História e da própria condição humana, ontológica. Neste cenário, o radiojornalismo possui a árdua tarefa de ser concomitantemente coeso com os acontecimentos reportados, lidar com a oralidade verbalizada pelo som e não contradizer o percurso histórico.

3. O desafio de reportar acontecimentos

Além da missão de “reescrever a história” (CERTEAU, 1982), com base na apuração de fatos e descoberta de embustes contraditórios, o jornalismo em rádio traz outra questão particular além da preocupação educativa: mesclar corretamente as linguagens oral e escrita, e devendo possuir uma tenacidade persistente ante as tentações das interpretações paralelas que decorrem à inversão da conotação de verdade, ou o estabelecimento de uma mentira (IDEM, p. 239).

Não seria ocasionalmente que as Teorias de Produção do Jornalismo (TRAQUINA, 2005) estabelecem critérios específicos para a realização de reportagens, tendo como base elementos primários que conduzem às regras de cada teoria. Os elementos primários visam estabelecer a: informação relatada com fidelidade à ocorrência, a apuração de causas que desencadearam o fato, à objetividade (distanciamento do sujeito relator e maior atenção ao objeto).



Entretanto, outra característica intrínseca do papel do jornalista se localiza no encadeamento correto da informação dentro da realidade e do processo histórico. Neste caso, o jornalista aparece como sujeito que intermedia a notícia e adapta de forma imparcial a reportagem para o contexto sociocultural, fazendo com que um recorte particular da realidade reflita suas implicações no cotidiano. A forma de apresentar a verdade no cotidiano (HELLER, 1997) requer ambas as habilidades de estar íntimo com a cultura e a capacidade de discernir os valores de mentira, mascaramento e omissão.

Em particular, a reportagem radiofônica lida concomitantemente com os desafios de evitar incompreensões decorrentes da escamoteação das coberturas e a manifestação da dúvida pelos ouvintes em um processo ainda não concluído de interatividade (ORTRIWANO, 1998), do qual se normatizou no rádio a restrição dos diálogos entre quem escuta e quem fala. Se as teorias de radiojornalismo (MEDITSCH, 2005) sugerem que a participação da audiência na programação poderia ser explorada de maneira mais intensa, a emergência de plataformas que permitem não apenas a interação, mas a disponibilização de fontes informativas.

4. Radiojornalismo cibernético e cidadania

Nenhum tipo de jornalismo pode, em troca do acompanhamento das ações restritas ao mundo das redes, menosprezar a cobertura de centros que irradiam parcela considerável do poder político de uma sociedade, instâncias dedicadas a elaborar as normas essenciais para o funcionamento das instituições capazes de alterar a rotina de todos (MACHADO, 2003, p. 32).

A Internet e as redes de troca cibernéticas oferecem não apenas as ferramentas de interação, mas a retomada dos processos interativos do rádio, podendo constituir canais de intercomunicação instantânea entre ouvintes e repórteres, o que iria pressupor de uma produção jornalística participativa. Entretanto, isto não sugere que em primeira instância, a interação de radio-ouvintes mudaria o processo de realização de notícias, tendo em vista os critérios produtivos, de estabelecimento de sentido, da isenção de partes e do imbricamento das ocorrências dentro de um processo histórico em curso.

A diferenciação entre jornalista e público deve ocorrer pela forma com que o cenário de interação viabilizada pela mídia cibernética proporciona: o repórter deve conduzir a forma com que as notícias são realizadas, porém a abertura de pautas retoma



a dinâmica citada por Roquette-Pinto: a dúvida dos ouvintes, as sugestões para a realização de matérias complementares, apuração de novas evidências e inclusive reivindicar ações das autoridades e da própria equipe de radiojornalismo, como por exemplo, saber como terminou uma ocorrência reportada anteriormente, inclusive as de repercussão pública: no caso do massacre dos Sem-Terra em Felisburgo (MG), saber se os jagunços e o fazendeiro, acusados das mortes, foram condenados; se o sistema de propriedade de imóveis rurais sofreu alguma mudança por meio da proposta de alterações na jurisprudência; ou por que os acusados continuam impunes, as leis inalteradas e a conjuntura favorável à população de grande poder aquisitivo? Estes questionamentos conduzidos pelo público como demanda por um jornalismo mais assertivo, condizente com a reivindicação de compreensão, informação e à prática da cidadania.

Apesar dos ideais do jornalismo se mostrarem viáveis no desenvolvimento de pautas coletivas, o uso das ferramentas cibernéticas não incute uma forma derradeira de participação dos ouvintes na formatação radiofônica atual, que ainda demonstra possuir formas de interação restritas. Uma observação constatada sobre o caráter de expressão dos radio-ouvintes em *weblogs* cibernéticos, releva que sem uma mediação dos enunciadores (locutores, jornalistas e repórteres), os espaços de manifestação de opiniões apenas continham expressões vagas: ou a favor do que fora difundido no rádio ou então sobre particularidades subjetivas.

Isso reflete que sem o estímulo de opinar sobre o conteúdo ou reivindicar mais apuração, o enfoque da construção da pauta coletiva não ocorre espontaneamente a partir de um dado *a priori*. Assim como no radiojornalismo convencional, um *feedback* (MEDITSCH, 2005) não diz respeito a uma interação sobre o conteúdo, mas sobre impressões particulares.

Enquanto isso, o incipiente campo da notícia radiofônica que utiliza as fontes cibernéticas, de uma maneira metódica, demonstra que poderia utilizar tais ferramentas para conferir mais imediatez ao sistema de cobertura, que além de ser ágil, poderia ser mais interativo e colaborativo, no sentido de ser construído junto com o público. Como exemplo, as informações rápidas que circularam primeiro nas redes sociais, como o Twitter, são menosprezadas ou ignoradas como sugestão de apuração, entre estas, as que referiram à morte do cantor Michael Jackson, quinze minutos antes do boletim médico e da imprensa norte-americana (Portal G1, 2009); ou a saída do ministro



Orlando Silva da pasta de Esportes (Portal UOL, 2011). De certa maneira, a participação do público se demonstra subestimada devido às demandas por apuração exemplificadas anteriormente, acrescentando um atraso na cobertura radiojornalística, em um meio que apesar dos avanços tecnológicos, possui simplicidade e agilidade (ORTRIWANO, 1998). A apuração de fatos não compromete a credibilidade da informação no rádio, porém exige que um jornalista conduza este processo.

Diante das teorias do jornalismo (TRAQUINA, 2005), as plataformas cibernéticas não representam um ambiente ou contexto diferenciado para a produção de matérias, pois os papéis desempenhados não preveem a substituição dos postos de cobertura, apenas a perspectiva das “declarações ou repercussões para aprofundar o interesse coletivo e a forma de participação nos fatos” (MACHADO, 2003, p. 32). Portanto, a forma com que o radiojornalismo utilizará as fontes cibernéticas e os canais de interação (redes sociais) estará subordinada às teorias de produção do jornalismo.

5. Considerações finais

Pensar em um radiojornalismo que desfrute da convergência das plataformas cibernéticas como forma de conciliar tanto a participação do público quanto o processo de produção coletiva de notícias em conjunto com os jornalistas revela que a possibilidade e os meios que viabilizam esta tarefa existem, contudo, a subutilização destes canais decorre em uma súbita perda de agilidade, ocasionando eventos em que a publicação de potenciais manchetes ocorram em redes sociais, sem que uma equipe radiojornalística se mobilize para apurar uma provável notícia.

Enquanto cada teoria jornalística (TRAQUINA, 2005) garante que a matéria cumpra os parâmetros de informação livre diante da sociedade democrática, que rende arcabouços para a reivindicação e cumprimento da cidadania, o repórter se depara com uma tarefa mais árdua de elencar a reportagem dentro de um processo histórico ontológico, cuja diferença para o trabalho do historiador, consiste em lidar com a informação recente, não podendo efetuar um julgamento das ocorrências, pois seu comprometimento se restringe à veracidade da notícia. No caso das plataformas, a mudança mais sensível se refere no modo em que o fato será apresentado: verbalizado na estrutura oral, compreendida pela sonoridade do rádio – e se os ouvintes de fato poderão interferir nas pautas.



REFERÊNCIAS

Bibliografia

- ARENDDT, Hanna. **A mentira na Política: considerações sobre os documentos do Pentágono.** In: Crises da República. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BARTHES, Roland. **A escrita do acontecimento.** In: MEDITSCH, E.; ZUCULOTO, V. (orgs.). “Teorias do Rádio – textos e contextos”. Vol. II. Florianópolis: Insular: 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Trad. Maria Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CASTILLO, Daniel Prieto. **Diagnostico de comunicación - mensajes, instituciones, comunidades.** Quito: CIESPAL, 1990.
- GENTILLI, Victor Israel. **Democracia das massas: jornalismo e cidadania.** Porto Alegre: PUCRS, 2005.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOWE, Jeff. **O poder das multidões.** Trad. Alessandra M. Araújo. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2009.
- KAPLÚN, Mario. **A natureza do meio e as possibilidades do Rádio.** In: MEDITSCH, E.; ZUCULOTO, V. (orgs.). “Teorias do Rádio – textos e contextos”. Vol. II. Florianópolis: Insular: 2008.
- LOGE, Celso José. **A tomada da Bastilha e do rádio por Walter Benjamin.** Revista Comunicações e Artes, Ano IV, nº 22. São Paulo: ECA/USP, novembro de 1989.
- MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas.** Coleção Biblioteca J, Salvador: Calandra, 2003.
- MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do Rádio - textos e contextos.** Vol. I. Florianópolis: Insular, 2005.
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **Rádio: interatividade entre rosas e espinhos.** Revista Novos Olhares, Ano I, nº 02. São Paulo: ECA/USP, 2º semestre de 1998.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Cinzas de uma fogueira (pelo rádio - 1923-1926).** In: MEDITSCH, E.; ZUCULOTO, V. (orgs.). “Teorias do Rádio – textos e contextos”. Vol. II. Florianópolis: Insular: 2008.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo - porque as notícias são como são.** Revisão de Regina Carvalho. Vol. I, 2ª edição. Florianópolis: Insular, 2005.

Webgrafia

- ABREU, Alzira Alves de. **Jornalismo cidadão.** Revista Estudos Históricos. Vol. 1, nº 31. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2185/1324>. Acesso em 10 de agosto de 2011.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2011.



Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Musica/0,,MUL1208628-7085,00->

NOTICIA+DA+MORTE+DE+MICHAEL+JACKSON+DERRUBA+GOOGLE+E+T WITTER.html. Acesso em 15 de dezembro de 2011.

Portal UOL Notícias. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/listas/veja-repercussao-sobre-a-saida-do-ministro-do-esporte.jhtm>. Acesso em 15 de dezembro de 2011.

SAES, Décio Azevedo Marques de. *Cidadania e capitalismo - uma crítica à concepção liberal de cidadania*. Caderno nº 08. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, abril de 2000. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16saes.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2011.

TAVARES Jr, Carlos. **Expressões do radiojornalismo no ciberespaço: uma análise sobre blogs de rádio**. Revista Extraprensa (USP), v. 1, nº 9. São Paulo: CELACC-ECA/USP, 2011, p. 55-64. D.O.I.: 10.5841/extraprensa.v1i9.282.